

Resenha: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas; Pontes, 1999.

UMA LEITURA PELOS (DES)CAMINHOS DA EDUCAÇÃO

Jéssica Vidal Damaceno*

Renata Maira Tonhão Bolson**

Symone Angélica Cezar da Silva Augusto***

Introdução

O livro “O papel da Memória”, publicado no Brasil pela editora Pontes em 1999, contou com a importante participação de José Horta Nunes na tradução e introdução. A obra traz quatro textos de uma sessão temática no colóquio intitulado “História e Linguística”, realizado em 1983 na Escola Normal Superior de Paris.

Os artigos refletem, de diferentes maneiras, sobre os acontecimentos históricos, midiáticos e culturais e como a memória pode reverberar produções de sentidos a partir da estruturação do discursivo, ou seja, a forma como a memória social se (re)produz. De que modo os acontecimentos inscrevem-se no espaço da memória – no interior ou exterior a ela? –; Como é compreendida pelas respectivas áreas de estudo e quais as possíveis relações que estabelecem entre si para, ao final, ter-se um possível entendimento do discurso que, ao materializar-se pelo acontecimento, desloca e desregula os implícitos. Os temas abordados pelos autores podem remeter a diversas reflexões e caminhos interpretativos.

*Licenciada em Química pela Universidade de São Paulo USP-RP, membro do Gepalle - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alfabetização, Leitura e Letramento; jessicavidaldamaceno@hotmail.com

**Mestranda em Educação pelo Programa de pós-graduação da FFCLRP-USP, membro do Gepalle - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alfabetização, Leitura e Letramento; renatabolson@usp.br

***Mestranda em Educação pelo Programa de pós-graduação da FFCLRP-USP, membro do Gepalle - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alfabetização, Leitura e Letramento; symoneaugusto@usp.br

O fio condutor de toda obra permite o entrecruzamento das discussões sobre a imagem, o texto e os discursos, e nos “conduziu a abordar as condições (mecanismos, processos...) nas quais um acontecimento histórico (um elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio à uma memória” (ACHARD et al., 1999, p. 49-50). A discussão sobre o papel da memória busca os acontecimentos que ocorrem em um dado momento sócio-histórico-ideológico objetivando compreender os sentidos enquanto efeitos da discursividade, do simbólico, da significação e do mítico, e como se organiza a linearidade entre o passado, presente e futuro, para uma coerência interna dos acontecimentos.

Os questionamentos trazidos na introdução do livro são essenciais e apontam caminhos para a compreensão desse complexo dispositivo discursivo. Seguimos com as questões: O que é memória?; Como a memória se institui, é regulada, provada, conservada, ou é rompida, deslocada, restabelecida?; De que modo os acontecimentos – históricos, midiáticos, culturais – são inscritos ou não na memória?; Como são absorvidos?; Produzem uma ruptura? A partir dos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída pelo historiador.

A memória não se produz, mas é produzida pelos acontecimentos sociais que se inscrevem pela língua e na história. Precisa ser analisada na materialidade complexa, na relação do texto com a imagem, ou seja, transitar do visível para a materialidade da língua (discurso). O trabalho da memória apenas se efetiva se houver uma negociação entre o dispositivo e o acontecimento histórico. A partir desse processo, os sentidos, imprevisíveis, produzem deslocamentos interpretativos, que podem afetar as significações de compreensão do sujeito em uma sociedade. A memória não comporta um sentido único e homogêneo, mas possibilita polêmicas, tensões, réplicas e contra-discursos. Para analisá-la criticamente precisamos questionar, estranhar os discursos e acontecimentos para romper com os sentidos que tendem a se naturalizar. Caso contrário, se a memória for apenas absorvida, estaremos reproduzindo o que se institui como verdade.

Apresentamos a seguir, separadamente, as inquietações da cada autor sobre a memória.

2 MEMÓRIA E PRODUÇÃO DISCURSIVA DO SENTIDO

Pierre Achard contribui esclarecendo que os implícitos constituem a memória por meio do discurso. Ele considera que o implícito trabalha com hipóteses que circulam a partir do já-dito, como a paráfrase ou os genéricos discursivos, por exemplo, e que formam a base de um imaginário memorizado, um consenso. Os implícitos compõem, estruturam o discurso, formam a materialidade de uma memória social. Essa materialidade enunciativa é permeada de implícitos que não são passíveis de explicação, justamente pela sua falta. Mas de onde vem esse consenso? Quem disse? A própria ausência do que não foi dito o (re)constrói, segundo Achard et al. (1999), “sob a restrição ‘no vazio’ de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção por paráfrase”(p. 13). Os implícitos não são fáceis de serem localizados, porque eles estão “ausentes por sua presença” (p. 52).

Tomemos como exemplo o jargão comumente presente no discurso pedagógico escolar: “o professor dá aula”. Um discurso fortificado pela regularização e repetição. Como se o trabalho docente fosse um material concreto, como uma caneta, que pode ser dada a alguém. É, sim, um trabalho político-pedagógico que exige competências e saberes.

Para avançar, é necessário lembrar sobre os elementos enunciativos dos implícitos (conteúdo da enunciação do discurso). Eles funcionam (regulam e retomam) quando imersos em uma situação, pois trabalham “mediando as reformulações que permitem reenquadrá-los no discurso concreto” (ACHARD et al., 1999, p. 14). A dialética com a prática social nos conduz à repetição e regularização que não podem ser deduzidas do *corpus*, mas são hipóteses do analista. A cada nova ocorrência possibilitam novos contextos e/ou outros sentidos. O discurso é “objeto de retomada” e, conseqüentemente, a memória é reconstruída na enunciação (p.17).

Para Achard, a regularização produz um efeito de sentido que confere legibilidade e estabilidade. É passível de rupturas a partir de um novo acontecimento discursivo (retomada), deslocando a memória. Nesse processo, é estabelecido um jogo de forças, de um lado a regularização para manter o pré-existente (paráfrase) e do outro a (des)regulação dos implícitos. Caso o analista afaste-se das evidências propostas pela enunciação; das estabilidades oferecidas pela paráfrase, ele pode interrogar os efeitos dos possíveis sentidos, por saber que a questão da interpretação é incontornável e sempre retorna.

Nesse momento de explanação sobre o papel da memória, queremos pensar a educação como um processo sócio-histórico, por oferecer condições e mecanismos que se inscrevem no espaço da memória produzindo sentidos. Espaço que repousa no

acontecimento para o mesmo ou para o diferente, para a paráfrase ou para a metáfora.

3 A IMAGEM, UMA ARTE DE MEMÓRIA?

Jean Davallon foi professor em semiótica e sociosemiótica, diretor de pesquisas e responsável pela Escola Doutoral Espaço, Tempo e Poderes, Práticas Culturais, na Universidade de Avignon, França. Desenvolveu pesquisas sobre o patrimônio, as instituições culturais e os processos comunicacionais de produção e recepção de cultura. Foi membro do Laboratório Cultura e Comunicação, além de desenvolver uma abordagem sociosemiótica dos fenômenos comunicacionais dos museus.

“A imagem, uma arte de memória?”, é o terceiro capítulo do livro, contribuição de Davallon, que traz interpelações relativas ao aparecimento da imprensa e o provável desuso dos registros da imagem e do som, sendo substituídos pela modernidade das mídias, expressando a ideia de que a “memória social estaria inteiramente e naturalmente presente nos arquivos das mídias” (ACHARD et al., p. 23). Desse modo, o autor nomeia tal concepção de “tecnicista” e a divide em dois questionamentos: 1) o que é preciso para que um acontecimento constitua uma memória?; 2) frente a uma redução tecnicista, como fica a coesão social e a instituição societal¹, as relações políticas e sociais.

Segundo o autor, “O registro do ‘acontecimento’ deve constituir memória, quer dizer: abrir a dimensão entre o passado originário e o futuro, a construir, de uma comemoração” (p. 24), podemos entender que, entre o fato acontecido - realidade - e a significação do fato, há uma formação de memória, como fato social.

Davallon registra que “para que haja memória, é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância” (p.25); acontecimentos sociais marcantes engendram uma rede de sentidos e tramas sociais evocando assim, uma dimensão simbólica de imagens do acontecimento histórico.

¹ Relativo à sociedade, sobretudo considerada do ponto de vista da sua estrutura, organização ou função; próprio da vida em sociedade

A imagem opera na memória, pois representa a realidade, mas também pode conservar a força das relações sociais. A eficácia simbólica da imagem pode evidenciar duas características semióticas:

1) A instância textual e enunciativa. Na publicidade usa-se a relação de cor ou certo contraste de forma que retém o olhar e, ao mesmo tempo, quer nos dizer da qualidade que distingue um produto dos outros. Então, a imagem é antes de tudo um dispositivo que pertence a uma estratégia de comunicação.

2) A imagem como um operador de simbolização. É como se a imagem integrasse os elementos que a compõem em uma totalidade, portanto estaríamos sob a evidência desse efeito formal e estético.

Por fim, Davallon segue ressaltando que cada leitor fornece à imagem sua razão de ser, que está fora do espaço e da imagem, assim como, o acontecimento memorizado.

4 MEMÓRIA GREGA

Jean-Louis Durand, autor do quarto capítulo, efetuou pesquisas semióticas sobre o gestual na antiguidade ateniense clássica, mostrou como a epopeia heróica grega fazia irrupções nas cenas visuais da democracia ateniense (em particular as cenas funerárias), por meio de telescopias burlescas por seu anacronismo.

O autor aborda a cultura grega clássica, uma cultura de práticas próprias e fechadas, não permitindo que novos acontecimentos entrassem para a memória, baseando-se nos mitos e na epopeia de Homero.

Durand relata que, para a cultura grega clássica, existe uma hierarquia de enunciação, sendo o poeta aquele autorizado a enunciar. Dessa forma, a produção do memorável terá sempre, naquela sociedade, a rivalidade e a nostalgia do épico. E é aí que a imagem entra com uma vantagem fundamental, pois representa e ao mesmo tempo produz sentido.

O autor traz a informação de que a imagem tem um valor metafórico e é assim assinalado do interior do próprio dispositivo, encenando os personagens épicos, memoráveis fundadores, e a eles associando as novas discursividades, (re)constituindo-se como formadores de discursos e (re)atualizando a memória. Durand afirma que a imagem pode praticar uma política de memória um pouco mais

flexível, uma vez que as questões de enunciação não se colocariam no interior do novo conjunto de condições específicas de produção, mas na vinculação entre o novo e o antigo.

Podemos relacionar tais informações com as reflexões de Alarcão (2001), quando se refere às estruturas físicas da escola atual. Os edifícios escolares são lugares defasados em relação às concepções de formação, às formas de gestão curriculares e às exigências do relacionamento interpessoal neste início de milênio. Podemos analisar alguns espaços escolares com estruturas épicas, antigas e sem nenhuma modernização. Edifícios com salas de aula sem espaços de convívio, desporto, cultura, de trabalho em equipe, de inovação e experimentação.

Relacionamos então, à nostalgia do épico, apresentada por Durand, com a nostálgica estrutura escolar, refletida por Alarcão.

5 PAPEL DA MEMÓRIA

Michel Pêcheux foi uma das figuras mais importantes para a Análise de Discurso de matriz francesa. Dedicou seus estudos a compreender como a linguagem é interpelada pela ideologia e como esta se materializa no discurso dos sujeitos, entre tantas outras contribuições.

Neste livro, o autor inicia seu texto retomando os temas apresentados nos capítulos anteriores, com o objetivo de revelar a importância do papel da memória. Para isso, o autor situa as exposições anteriores no contexto das pesquisas em Análise de Discurso e mostra, por fim, como a memória permitiu que temas, a princípio diferentes e circundados de tensões textuais, pudessem encontrar-se e proporcionar discussões que se estenderam desde as disciplinas de interpretação até a relação do texto com a imagem.

Nessa perspectiva, o autor propõe que a “memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (ACHARD et al., 1999, p. 50). Considerando que tais sentidos culminam em uma memória, percebemos que pode existir certa dificuldade para que o acontecimento se inscreva nesse *espaço* devido à grande diversidade de condições que supostamente se apresentam para o sujeito.

Passamos a trabalhar com a ideia de fragilidade; de que a memória é um espaço em constante contradição, retomadas e desdobramentos e, por isso, o autor

“procura compreender, junto a linguistas, semioticistas e historiadores, a fragilidade no processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória” (p. 50). O autor revela que essa dificuldade precisa ser confrontada, pois é ela que rodeia esse campo de pesquisa que se afasta cada vez mais do explícito, trilhando caminhos por entre a língua, a discursividade e o simbólico. Em outras palavras, tudo o que toca as disciplinas de interpretação.

Na tentativa de compreender a relação entre memória e forma como o acontecimento inscreve-se nela, Pêcheux propõe que tal processo ocorre com dupla forma: 1) o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a inscrever-se; 2) o acontecimento que é absorvido na memória como se não tivesse ocorrido.

Alguns acontecimentos podem escapar à inscrição porque não são narrados, relatados ou porque foram silenciados de alguma forma. Em contrapartida, outros aparentam não ter ocorrido, porque não há tomada de posição ou interpretação. Pensemos por exemplo, no acontecimento ‘tecnologia digital’ que se apresenta(ou) para milhares de sujeitos-professores nas salas de aula, mas é(foi) absorvido na memória como se não tivesse ocorrido, pois vem acompanhado de certo mascaramento e proibições.

Retomando as ideias que Davallon apresentou, Pêcheux mostra como a imagem sendo considerada como um operador da memória social é capaz de revelar um percurso “escrito discursivamente em outro lugar”, em outras palavras, o autor utiliza a imagem para exemplificar a questão da memória como estruturação de materialidade discursiva. Nesse sentido, “a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (ACHARD et al., 1999, p. 52).

Percebe-se assim, que a maior dificuldade é saber onde residem esses implícitos, que estão *ausentes por presença* na leitura da sequência. Esses implícitos estariam disponíveis na memória discursiva como em um fundo de gaveta?

A partir dessa questão, e de uma série de retomadas, Michel Pêcheux possibilita uma diferenciação entre a Análise de Discurso e a Análise de Conteúdo, ambas apresentadas nas disciplinas de interpretação (ROCHA; DEUSDARA, 2005). Quando consideramos a imagem, por exemplo, como algo pronto ou acabado alimentamos uma ilusão de totalidade ou transparência que nos leva a apreender apenas os sentidos que o artista pretendeu expor, podemos concluir que se trata de

uma Análise de Conteúdo, na qual o objetivo é desvendar um único significado ou única interpretação daquilo que foi apresentado.

Por outro lado, quando pensamos em Análise de Discurso, consideramos a historicidade, a trajetória, a memória discursiva, as formações ideológicas, as condições de produção, o discurso e os gestos interpretativos. Com isso, este tipo de análise trabalharia com a imagem como sendo uma materialidade discursiva, pois um discurso a atravessa e a constitui, podendo o sujeito, de acordo com suas formações ideológicas e discursivas, atribuir sentidos a ela e tecer alguns ou vários gestos interpretativos. Como disciplina de interpretação, ela possui caráter aberto e heterogêneo, o que pode possibilitar ricos diálogos com o campo da arte, também constituído, essencialmente, pela heterogeneidade e deriva de sentidos (MORENO, 2016).

Retomando o exemplo do acontecimento ‘tecnologia digital’, podemos (re)pensar nossas práticas como sujeitos professores, pois a prática docente requer tomada de decisão num terreno complexo, incerto, com conflito de valores e singularidades. Por isso, o acontecimento não pode se inscrever no espaço da memória como se nunca tivesse ocorrido (PIMENTA, 2012).

6 MAIO DE 1968: OS SILÊNCIOS DA MEMÓRIA

Maio de 68 constituiu um acontecimento histórico na França, no qual estudantes e operários se uniram em uma onda de protestos contra o governo francês. Entretanto, Eni Orlandi escreve esse texto para refletir sobre as relações de memória, silêncios e censura frente ao contexto de ditadura militar instaurada no Brasil entre 1964 e 1985, sendo a primeira versão do texto apresentada em 1998 no Colóquio “Utopias e Distopias” em Santa Maria (RS).

Eni Orlandi é professora de Linguística e dedica-se aos estudos sobre Análise de Discurso (AD). Dentre suas muitas contribuições, destaca-se a interpretação e a relação sujeito-sentido-história-sociedade.

Em suas reflexões, a autora traz à tona, no capítulo, importantes conceitos da AD, tais como, memórias de sentido e acontecimento discursivo.

O analista de discurso trabalha com a historicidade e não com a história ou os fatos em si. Dessa forma, quando Orlandi retoma o acontecimento *ditadura militar*, a autora fala de história e política, mas a partir da sua posição, ou melhor, da sua formação discursiva e com isso nascem os gestos interpretativos (ASSOLINI;

SOARES, 2013). Para refletir sobre memória em um contexto que inclua a discursividade é preciso relembrar a concepção de memória de sentidos. Portanto, uma memória “feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamentos” (ACHARD et al., 1999, p. 59).

A autora busca aprofundar o acontecimento não apenas na perspectiva da violência, tortura e agressão, mas sim passando a considerá-lo como acontecimento discursivo, visto que o fato desencadeou um processo de produção de sentidos que, reprimidos, culminaram em efeitos metafóricos, nos quais é preciso (re)conhecer os vestígios e indícios para interpretar o sentido.

Buscando delimitar a forma como o acontecimento se inscreve na memória, ela se apoia nos dizeres de Pêcheux (apud) para concluir que sua reflexão aponta para um nuance entre memória e censura em geral.

Para compreender essa relação temos um aporte teórico que se inicia no assujeitamento, ou melhor, o sujeito é afetado pelo simbólico em sua ideologia e a partir de então se “permite” submeter à língua. Quando submetido a essa língua que pode ser a língua materna ou a língua vernácula (CORACINI, 2007), ele é afetado pelo simbólico tornando-se sujeito que produz uma materialidade discursiva pautada na língua capaz de se inscrever na história desde que não seja interdita.

Entretanto, esse sujeito já constituído pela língua, história e ideologia é afetado pelos processos de socialização por meio das diferentes formas de poder e então prevalece a individualidade, pois quanto mais categorizado, mais fácil para visualizar e controlar (FOUCAULT, 1987). “É nessa instância que se dão as lutas, os confrontos e onde podemos observar os mecanismos de imposição, de exclusão e os de resistência” (ACHARD et al., 1999, p. 61).

Na sequência vemos o conceito de interdiscurso na perspectiva da AD, pois ao falar inconscientemente esquecemos alguns sentidos registrados na memória para que novos surjam. Mas considerando a relação com a censura temos também os designificados (sentidos evitados ou apagados por um processo de silenciamento) que sempre envolvem relação de poder.

Pensando nas lutas que se formaram diante do acontecimento Maio de 68, vemos a escrita se inscrever na história por meio de formulações metafóricas que buscavam anunciar a palavra *liberdade*. Frases como “*Faça amor e não faça guerra*” e “*É proibido proibir*” ganharam dimensões além do continente francês e repercutiram nas lutas contra a ditadura militar no Brasil, porém com metáforas ainda mais fortes que buscavam fugir da interdição política.

Sofremos até hoje reflexos dessa formação discursiva com formulações como “*Keep calm and...*”, mas que ao longo do processo de produção foi sofrendo um esvaziamento de sentido capaz de reduzi-las a simples *slogans* comerciais. Se pensarmos pelo viés da psicanálise, Lacan dizia que a escrita não precisa ser tão pensada como algo ideal, mas por outro lado, na perspectiva de resto, resíduo ou algo que sobra, então isso aponta para o fato de que a reescrita produz outra significação, e, assim, nos processos de produção de sentidos, existem diferentes versões. Daí a importância da historicidade e do interdiscurso no processo de reflexão sobre o papel da memória.

Pensemos nas vezes em que somos interditados pelas relações estabelecidas no ambiente de trabalho ou então pela atual condição política do país. Essas interdições naturalizam-se e diminuem o estranhamento por parte do sujeito a ponto de restringir alguns sentidos que revelam-se como impossíveis.

Por fim, Orlandi responde o que representa maio de 68 hoje, definindo memória discursiva como “o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já-dito que possibilita todo o dizer” (ACHARD et al., 1999, p. 64). Dessa forma selecionamos nossas palavras para que ganhem novos sentidos a partir do interdiscurso que possuímos e, para isso, retomamos um espaço de deslocamentos e conflitos que é a memória (ACHARD et al., 1999). Nesse espaço pode haver faltas, mas não falhas, pois o sentido falta se houver apagamento, proveniente do silenciamento ou da interdição, mas não falha porque é decorrente de um acontecimento que rompe com o real, que marca.

A autora finaliza o texto com a importante conclusão, “o que foi censurado não desaparece de todo. Ficam seus vestígios, de discursos em suspenso, in-significados e que demandam, na relação com o saber discursivo, com a memória do dizer, uma relação equívoca com as margens dos sentidos, suas fronteiras, seus des-limites” (ACHARD et al., 1999, p. 67).

REFERÊNCIAS

- ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas; Pontes, 1999.
- ALARCÃO, I. (Organizadora). **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Art Med, 2001.

- ASSOLINI, F. E. P.; SOARES, E. J. P. ; **Histórias, e suas reverberações nas memórias e sentidos da leitura para sujeitos-professores:** formação inicial práticas pedagógicas. Plures Humanidades, v. 14, p. 164-190, 2013.
- CORACINI, M. J. R. F. **Pós-modernidade e novas tecnologias no discurso do professor de língua.** Alfa (ILCSE/UNESP), v. 50, p. 07-21, 2007.
- FOUCAULT, M.; **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- MORENO, C. da C. **Leitura de imagens na Educação Infantil:** análise discursiva. 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016.
- PIMENTA, S. G.; **Saberes Pedagógicos e atividade docente.** Cortez, 8ª ed.; São Paulo; p. 33; 2012.
- ROCHA, D.; DEUSDARA, B. **Análise de Conteúdo e Análise do Discurso:** aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. Alea, Rio de Janeiro , v. 7, n. 2, p. 305-322, Dec. 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2005000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 Out. 2017.

Resenha recebida em: 03/01/2018

Resenha aprovada em: 02/04/2018

Edição Paula Chiaretti
Tamyres Cecília da Silva

Capa Diego Henrique Pereira

Revisão Guilherme Beraldo
Tatiana Sousa

Diagramação Paula Chiaretti

Editora Univás
Pouso Alegre-MG
jan-jul/2018